

Processo: 373/2019

Pregão Presencial: 15/2019

Objeto: Serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link Dedicado de Internet

Emissão: 26/06/2019

Abertura: 11/07/2019 - 09h30min (horário de Brasília/DF)

Local: Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 - Centro - Porto Feliz

Informações: Fone: (15) 3261-9603

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu pregoeiro designado pela Portaria n.º 1.928 de 02 de janeiro de 2019, realizará licitação na **modalidade Pregão Presencial**, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link dedicado para as repartições do SAAE Porto Feliz, considerando todas as características contidas nas descrições Do Objeto e do Anexo I – Termo de Referência.

A presente licitação, cujo tipo é **Menor Preço**, conforme disposto no Inciso I do § 1º do Artigo 45, será integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio e encontra fundamento na Lei n.º 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 6.160/2005, bem como consoante as condições estatuídas neste instrumento convocatório, constantes no processo indicado acima e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e Decreto 3.555/2000, aplicando-se ainda, no que couber, as disposições da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 2014 e Lei Complementar 155/2016.

O recebimento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão no dia 11 de julho de 2019 às 09h30min, na Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 – Centro – Porto Feliz.

I - DO OBJETO:

1.1 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO: Destina-se o presente pregão à escolha do melhor proponente para a licitação supra, visando à contratação de empresa para prestação de serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link Dedicado de Internet para as repartições do SAAE Porto Feliz, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as necessidades do SAAE Porto Feliz, considerando todas as características contidas nas descrições Do Objeto e do Anexo I – Termo de Referência:

	Serviços	Quantidade
	a. Tronco DDR R2 Plano 30 canais	1
1.1.1 TELEFONIA FIXA	b. Tronco DDR R2 Plano 15 canais	1
	c. Linhas Analógica Convencional	7
	d. Serviço 0800	2
	e. Internet Dedicada 20 Mbps	1
1.1.2 CHAMADAS LOCAIS ORIGINADAS DAS	a. Minuto fixo - fixo (local)	500
LINHAS ANALÓGICAS	b. Minuto fixo - móvel Local (VC1)	50
	a. Minuto fixo - fixo Intra-regional	50
1.1.3 CHAMADAS LONGA DISTÂNCIA ORIGINADAS DAS LINHAS ANALÓGICAS	b. Minuto fixo - móvel Intra-regional (VC2)	50
	c. Minuto fixo - fixo Inter-regional	50
	d. Minuto fixo - móvel Inter-regional (VC3)	20
1.1.4	a. Minuto fixo local	150
CHAMADAS 0800	b. Minuto móvel local	1
a. Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora; b. Pacote de 10.000 SMS para móvel on, off net; c. Serviço de Gestão de Voz		40
1.1.5 SERVIÇO TELEFONIA MÓVEL	 a. Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora; b. Pacote de 10.000 SMS para móvel on, off net; c. Pacote de 2GB de internet d. Serviço de Gestão de Voz e dados via web 	10



- 1.2 LOCAL: O local para prestação dos serviços deverá observar os parâmetros estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência.
- **1.3 OS PREÇOS:** Deverão ser fixos e irreajustáveis por até um ano, de acordo com § 1º Art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.
- 1.4 DA VALIDADE DA PROPOSTA: A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias.
- **1.5 DO AUMENTO OU SUPRESSÃO:** A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no § 1º do artigo 65 da Lei 8666/93 e alterações.
- **1.6 DOS PRAZOS E REAJUSTES:** O prazo de execução dos serviços a serem contratados será de 12 meses, período pelo qual os valores serão fixos e irreajustáveis, de acordo com § 1º Art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.
- 1.6.1 O prazo de que trata o subitem 1.6 poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta meses) se houver interesse público e conveniência econômico-financeira, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento;
- 1.6.2 Em caso de prorrogação contratual, os valores contratualmente estabelecidos poderão ser reajustados no ato do aditamento;
- 1.6.3 Os preços propostos serão reajustados na forma e data-base estabelecidos pela ANATEL, mediante a incidência do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que o substitua, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas base dos reajustes concedidos.
- 1.6.4 De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à CONTRATANTE, a partir da mesma data-base.
- 1.6.5 Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à CONTRATANTE, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

II - DA ABERTURA

2.1 – A abertura do presente Pregão Presencial, será dirigido pelo Pregoeiro designado, assessorado pela sua Equipe de Apoio, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Data da abertura: 11/07/2019

Horário: 09h30min (horário de Brasília/DF)

Local: Escritório Administrativo do SAAE Porto Feliz - Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 -

Centro - Porto Feliz/SP

Informações: 15 3261-9603 - pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br

III - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- **3.1** Poderão participar deste pregão empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atendam às exigências de habilitação.
- **3.2 -** As empresas que desejarem participar do pregão deverão entregar ao pregoeiro dois envelopes fechados e indevassáveis indicando na parte externa, respectivamente, "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**", contendo também o número deste pregão e a razão social da empresa.
- **3.3 -** Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR Aviso de Recebimento), deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, desde que atendam as demais exigências previstas neste edital, conforme o



objeto, sendo que a responsabilidade quanto a entrega dos envelopes no prazo será exclusivamente da empresa licitante.

- 3.4 Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as 09h30min do dia 11 de julho de 2019.
- 3.5 Não poderão participar desta licitação, além das vedações do Art. 9º da Lei 8666/93:
- a) Impedidas e suspensas de licitar e/ou contratar com órgãos da Administração Municipal nos termos do Inciso III do Artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, do artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/2002 e da Súmula n.º 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- b) As empresas que estiverem em regime de falência ou concordata que não apresentarem o plano de recuperação judicial homologado;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País;
- d) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **3.6 -** A empresa vencedora fica obrigada a emitir nota fiscal conforme legislação vigente, inclusive no que se refere ao Protocolo ICMS 42/09, onde o modelo da nota fiscal eletrônico NF-e, modelo 55, deverá ser adotado em substituição à Nota Fiscal Modelo 1 e 1A, exceto MEI, independentemente da atividade econômica exercida.

IV - DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

- **4.1** As licitantes deverão se apresentar para <u>credenciamento</u> junto ao pregoeiro por meio de um representante legal (sócio, proprietário ou dirigente), devidamente munido de ato constitutivo da empresa, registrado na Junta Comercial ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos sues poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Tratando-se de procurador, o representante deverá estar munido ainda de instrumento de mandato (público ou particular), comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame. (*Apresentar fora do envelope*).
- 4.1.1 No caso da empresa se enquadrar nos termos da lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá preencher e encartar ao <u>credenciamento</u> a declaração constante no **ANEXO IV**. (*Apresentar fora do envelope*).
- 4.1.2 Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO V) e declaração de inexistência de fato impeditivo (ANEXO VI). (Apresentar fora do envelope).
- 4.1.3 Deverão também apresentar declaração subscrita por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme estabelecido no **ANEXO VII** deste Edital, *(Apresentar fora do envelope)*, devidamente assinada por seu representante legal, atestando que:
 - a) nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88:
 - b) que a empresa atende as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
 - c) não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declara conhecer na íntegra. (**Somente ME e EPP).**
- **4.2 -** As licitantes que desejarem encaminhar seus envelopes via postal com AR também deverão apresentar as declarações acima juntamente com a proposta comercial. Caso não se façam



representar durante a sessão, não terão chance para dar lance ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão, permanecendo com o lance inicial enviado na proposta financeira.

- **4.3** Os documentos poderão ser apresentados impressos, por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, ou mesmo em cópia simples, desde que acompanhado do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;
- **4.4** Será admitido apenas um representante legal para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa. O representante legal deverá portar documento de identificação pessoal com foto.

V - DA PROPOSTA

- 5.1 O valor total máximo estimado para a contratação dos serviços e aquisição dos materiais é de R\$ 61.489,80 (sessenta e um mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), sendo:
- **5.2 -** Na parte externa do envelope deverá constar a palavra "**PROPOSTA**". A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente edital (**ANEXO III**). Todas as suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:
- a) Razão Social da licitante, endereço completo, e-mail, número de telefone e número do CNPJ e Inscrição Estadual;
- **b)** Os preços apresentados devem estar em conformidade com o objeto deste edital, em moeda corrente nacional (Real), com precisão de duas casas decimais. Os valores unitário e total deverão estar expressos numericamente e por extenso;
- **c)** Havendo eventualmente divergência entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão sempre os valores indicados por extenso; caso a discordância seja entre os preços unitários e totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- **5.3** Não poderá haver desistência da proposta apresentada, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital e da legislação aplicável.
- 5.4 A simples participação neste certame implica:
- **5.4.1** Não tem dúvidas sobre quaisquer dos elementos que compõem o Edital, não podendo reivindicar posterior desconhecimento ou falta de recebimento de quaisquer das partes que o integra.
- **5.4.2** Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente do SAAE informações necessárias para a apresentação da proposta.
- **5.4.3** Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital.
- **5.4.4** Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- **5.4.5** Que os preços apresentados abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto desta licitação, a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, despesas com transporte, etc., bem como os descontos porventura concedidos.
- **5.4.6** Que a licitante vencedora se compromete a prestar os serviços nos preços e prazos constantes de sua proposta, em conformidade com o conteúdo deste Pregão Presencial e que os



mesmos atendem todas as exigências editalícias e da legislação aplicáveis ao caso, incluindo todas as licenças e autorizações necessárias.

- **5.5** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.
- **5.5.1** Eventual impugnação deverá ser dirigida à Comissão de Pregão, protocolada no SAAE de Porto Feliz, situado no escritório administrativo na Pça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro Porto Feliz/SP, em horário de expediente (das 9h00min às 16h00min).
- **5.5.2** Admite-se impugnação por intermédio de e-mail (<u>licitacao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>) ficando a validade do procedimento condicionada à confirmação do seu recebimento por um dos membros da Comissão de Licitações, bem como pela protocolização do original no SAAE de Porto Feliz no endereço mencionado no preâmbulo, respeitado o prazo constante no item 5.5.

<u>VI - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>

- **6.1 -** No dia, hora e local designados neste edital, será aberta a sessão pública iniciando-se pelo credenciamento dos participantes, ocasião em que serão apresentados os documentos constantes no item IV.
- **6.2** Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro receberá em envelopes distintos e devidamente fechados e indevassáveis, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste PREGÃO e conter externamente as indicações "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**".
- **6.3 -** Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- **6.4** Será então selecionado pelo sistema a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10%, relativamente à de menor preço.
- **6.5 -** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- **6.6 -** Às licitantes selecionadas na forma dos itens 6.4 e 6.5 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.
- 6.6.1 Os lances serão realizados/ofertados sob o critério de MENOR PREÇO.
- **6.7 -** Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, o próprio sistema de lances realizará um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.
- **6.8 -** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias para o objeto deste certame.
- 6.9 Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.
- **6.10** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre lances no valor de **R\$ 50,00 (cinquenta reais).**
- 6.11 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço total.



- **6.12** Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBLAL** para contratação.
- **6.13** A etapa de lances será considerada encerrada quando restar apenas um licitante, declinados os demais participantes.
- **6.14 -** Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de **MENOR PRECO**.
- **6.15 -** O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.
- **6.16 -** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante que a tiver formulado.
- **6.17 -** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **6.18 -** Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e habilitação da licitante, será declarada vencedora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos abaixo poderão ser apresentados impressos, por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, ou mesmo em cópia simples, desde que acompanhado do original para que seja autenticado pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação:

7.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- **b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" à "e" deste subitem 7.2 não precisarão constar do Envelope "Documentação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- 7.2.2 Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação e regularidade perante o Ministério do Trabalho:
 - a) Deverão ser entregues declarações de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, bem como de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, que poderão ser feitas de acordo com os modelos estabelecidos nos ANEXOS V, VI e VII deste Edital, e apresentadas FORA dos Envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".



- 7.2.3 Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:
- a) Deverão ser entregues declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício do <u>direito de preferência</u> previsto na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, que poderá ser feito de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO IV** deste Edital, e apresentado **FORA** dos Envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**".

7.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ou Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ ou CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual** <u>ou</u> **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio <u>ou</u> sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal**, **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, <u>ou</u> outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos <u>ou</u> Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e
- c2) Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda <u>ou</u> Certidão Negativa <u>ou</u> Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- d) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.3.1 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios.
- **7.3.2** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta **apresente alguma restrição**, conforme artigo 43, da Lei nº 123/06 e alterações posteriores;
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista** das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação. (Artigo 43 § 1º da Lei Complementar 123);
- b) Em não havendo regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.2, alínea "a" do presente edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação. (Artigo 43 § 2º da Lei Complementar 123);
- c) A licitante deverá comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme seu enquadramento, da seguinte forma:



- Sociedade Empresária apresentar documento expedido pela Junta Comercial, nos termos da DREI nº 10 de 05/12/13, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, quando o Licitante for registrado em Junta Comercial ou comprovação equivalente.
- Sociedade Simples apresentar a Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pelo Cartório, quando a Licitante for registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas ou comprovação equivalente.

7.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

- 7.4.1 Certidão negativa de falências, concordatas e recuperações, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de emissão não superior a 180 dias.
- 7.4.2 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

7.5 - CONSULTA DE APENADOS

7.5.1 - Será verificada a existência de impedimento mediante a consulta da Relação de Apenados no site www.tce.sp.gov.br a partir do CNPJ da empresa licitante. Se a consulta for positiva (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93 e Súmula 51 do TCESP), o licitante apenado será inabilitado do certame, pois trata-se de condição de participação conforme item 3.6 deste Edital.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **8.1 -** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **8.2 -** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **8.3** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante.
- **8.4** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta na Internet, nos *sites* dos órgãos expedidores na Internet, para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

IX – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- **9.1 -** No julgamento das propostas será considerado o critério de **MENOR PREÇO**, desde que atendam às exigências deste edital.
- **9.2** O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora do certame, após análise dos documentos de habilitação.
- **9.3 -** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou que apresentem preço total ou unitário simbólico, irrisório ou de valor igual à zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado.
- **9.4 -** Havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalos iguais ou inferiores a 5% (cinco por cento) da licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.



- **9.5 -** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão conforme previsto no artigo 45, Inciso III, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- **9.5.1 -** Não sendo exercido o direito de preferência na mesma sessão ou a não apresentação de proposta inferior, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta melhor classificada.
- **9.6 -** Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- **9.7 -** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no Escritório do SAAE e no endereço eletrônico www.saaeportofeliz.sp.gov.br.
- **9.8** A vencedora do certame obriga-se a apresentar no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da adjudicação dos itens, os novos preços para a contratação (proposta realinhada) a partir do valor final obtido no certame.

X – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **10.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, o que será registrado em ata da sessão, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, como consta do inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02;
- **10.2** Eventual interposição de recurso deverá ser dirigida à Comissão de Pregão, no Protocolo do SAAE Porto Feliz, situado no escritório administrativo na Pça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro Porto Feliz/SP, das 09 às 16 horas.
- **10.3** Admite-se recurso por intermédio de e-mail (<u>pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>) ficando a validade do procedimento condicionada à confirmação do seu recebimento por um dos membros da Comissão de Pregão e também pela protocolização do original no SAAE de Porto Feliz no endereço citado no item 10.1, desde que observado o prazo estabelecido no item supracitado.
- **10.4** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **10.5** Decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a validade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o processo licitatório.
- **10.6 -** A falta de manifestação imediata e motivada pela licitante durante a sessão pública, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.
- **10.7 -** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do SAAE de Porto Feliz, à Praça Dr. José Sacramento e Silva, 50 Centro, Porto Feliz SP.

XI – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

11.1 - O pagamento à licitante vencedora deverá ser efetuado através de crédito na conta corrente indicada na Proposta Financeira, até 07 (sete) dias após a entrega nota fiscal relativa à prestação dos serviços, devidamente atestada pelo SAAE de Porto Feliz.



11.2 – As notas fiscais apresentadas deverão estar em consonância com a legislação vigente. A empresa vencedora ficará obrigada a emitir nota fiscal eletrônica, NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal Modelo 1 e 1A, exceto MEI, independentemente da atividade econômica exercida (conforme Protocolo ICMS 42/09).

XII - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **12.1** Os serviços licitados serão realizados de acordo com as quantidades, especificações e critérios estabelecidos neste edital.
- **12.3** Os serviços desta licitação serão recebidos provisoriamente na forma prevista no artigo 73 da Lei 8.666/93. A licitante vencedora ficará obrigada a refazer, as suas custas, o serviço que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará na sua efetiva aceitação.
- **12.4** Todas as ferramentas, equipamentos, inclusive EPI's, veículos ou qualquer outro tipo de objeto ou material necessário para entrega do material é de fornecimento da licitante vencedora.
- 12.5 Entende-se por entrega do material ou serviço a efetiva aceitação do mesmo pela Autarquia.
- **12.6** O SAAE de Porto Feliz poderá descontar dos pagamentos das faturas importâncias que a qualquer título lhe sejam devidas pelo fornecedor, por força do pedido de execução oriundo deste pregão.
- **12.7 -** Não será admitida recusa da prestação de serviços em decorrência de sobrecarga na sua capacidade de prestação de serviços.

XIII - DAS PENALIDADES

- **13.1** Com base no Art. 87 da Lei 8.666/93, assim como no Art. 7.º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as sanções legais, a saber:
 - a) advertência;
 - b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a Administração Pública, nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **13.2** A multa prevista na alínea "b" será de 10% sobre o valor licitado, no caso da não entrega total do objeto licitado. Observar-se-á: quanto ao não adimplemento do restante da obrigação, incidirá multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada de forma proporcional à parte não entregue.
- **13.3** O não cumprimento dos prazos de atendimento sujeitará o fornecedor à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor dos materiais em atraso, até os limites de 10% (dez por cento) do valor da parcela que se refere e 5% (cinco por cento) do valor global remanescente do fornecimento.
- **13.4 -** Excedido qualquer um dos limites acima, o serviço será cancelado e o fornecedor excluído do Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, sem prejuízo de eventuais sanções legais e sem renúncia, por parte da mesma, das providências judiciais cabíveis.
- **13.5** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.



- **13.6** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 13.7 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- **13.8** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- **13.9 -** A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à **CONTRATANTE** em 48 (quarenta e oito) horas a partir da autuação;
- **13.10** O atraso de pagamento sujeitará a contratante à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor da fatura a que se refere até os limites de 10% (dez por cento).

XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTRATAÇÃO

14.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do corrente Exercício:

Unidade 02 – Diretoria de Administração e Finanças, Funcional 17.123.0002.2.002 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças - 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, suplementadas se necessário.

Unidade 02 – Diretoria de Administração e Finanças, Funcional 17.123.0002.2.002 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças - 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, suplementadas se necessário.

Fonte de recurso: Tesouro.

- **14.2** Será obrigatório termo contratual, o qual será parte integrante deste Pregão, devendo ser assinado pela licitante vencedora no prazo de até 05 (cinco) dias, após a convocação.
- **14.3** Diante de eventual recusa da adjudicatária em assinar o termo contratual, a administração utilizará o disposto no art. 64, § 2º, da Lei 8666/93.
- **14.4** Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato no ato de sua assinatura, haja vista que guardam absoluta conformidade com a minuta.
- **14.5** A empresa contratada se obriga a manter, durante a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência, algum documento perder a validade.
- 14.6 É expressamente vedada a subcontratação ou a sub-rogação.
- **14.7** Conforme art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado para a função de gestor, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. A designação do gestor será feita através de Portaria após a assinatura do contrato.

XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente pregão.



- **15.2** O presente pregão somente poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **15.3** O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do pregão, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada apresentação de documento novo ou complementar.
- **15.4** Os empregados e prepostos da empresa licitante vencedora não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante, correndo por conta exclusiva da promitente vencedora todas as obrigações decorrentes das legislações trabalhista, previdenciárias, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época própria.
- **15.5** Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada com o Pregoeiro, após a celebração do contrato.
- **15.6 -** As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.6.1 -** Serão observadas pela comissão todas as súmulas e determinações do TCESP que forem aplicáveis ao certame.
- 15.7 Em eventual pedido de realinhamento de preços, o contratado deverá demonstrar cabalmente o evento que causou desequilíbrio na equação financeira do contrato e que o seu cumprimento nas bases iniciais representaria prejuízo. Tal prova far-se-á documentalmente e com base nela, caberá a Administração formar o seu juízo de convicção, desde que a majoração no custo seja de fato imprevisível na ocasião da apresentação das propostas (não serão aceitas meras declarações, orçamentos ou notas fiscais).
- **15.8** As empresas participantes deverão enviar e-mail para <u>pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br</u>, informando interesse na participação, para que eventuais esclarecimentos no edital, além de publicados sejam também encaminhados diretamente às empresas.
- **15.9** Os atos públicos poderão ser presenciados por qualquer pessoa, porém só poderá manifestarse, rubricar documentos e consignar recursos o representante da licitante que estiver devidamente credenciado.
- **15.10** As consultas referentes a dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser formuladas por escrito e enviadas para o endereço eletrônico do SAAE pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br, sendo que quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente, por servidores do SAAE, inclusive membros da Comissão de Pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das Proponentes.
- **15.11** Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Feliz, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente Edital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XVI – ANEXOS

- **16.1** Anexo I Termo de Referência;
- 16.2 Anexo II Minuta do Contrato;
- 16.3 Anexo III Proposta Financeira;
- 16.4 Anexo IV Declaração de Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte (modelo orientativo);
- 16.5 Anexo V Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação (modelo orientativo);
- 16.6 Anexo VI Declaração de Inexistência de Impedimento (modelo orientativo);
- 16.7 Anexo VII Declarações Complementares;





16.8 - Anexo VIII - Atos Jurídicos Análogos - Termo de Ciência e de Notificação;

16.9 - Anexo IX - Declaração de Disponibilidade de Documentos;

16.10 - Anexo X - Cadastro dos responsáveis.

Porto Feliz, 26 de junho de 2.019.

Gustavo Interick Mancio de Camargo Superintendente



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: Tem por objetivo estabelecer subsídios para a realização do procedimento licitatório visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Telecomunicações no âmbito desta Autarquia.

- 1. DA JUSTIFICATIVA: A contratação dos serviços de telecomunicações de que trata a presente especificação visa atender às atividades Institucionais, objetivando a comunicação interna e externa, realizada através de voz e comunicação de dados, mantendo-a de forma contínua, segura, rápida e eficiente. A qualidade na prestação do serviço deve promover a celeridade operacional necessária às atividades desenvolvidas pela Autarquia. A contratação conjunta dos serviços de telefonia locais e Longa distância (Fixo/ Móvel) se justificam pela alta complexidade operacional em definir quando usar o Código de Seleção de Prestadora CSP de diferentes operadoras, um para chamadas intrarrede (com possível tarifa zero) e outro para chamadas de longa distância fora da rede do provedor do SMP/STFC, o que resultaria em maiores custos para a Administração Pública. Desta forma, a proposta vencedora deverá permitir os serviços através de um único CSP. Cabe ressaltar ainda que a contratação conjunta dos serviços de Telefonia fixa e Móvel, definidas no lote 1, propiciará uma economia nas ligações fixo-móvel uma vez que as operadoras apresentam preços diferenciados para esses serviços com redução de até 50% (cinquenta por cento) do valor cotado para as ligações extrarrede.
- 2. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Telecomunicações, telefonia Fixa DDR / Linhas Analógicas, telefonia móvel, e link dedicado, consoante às instalações desta Autarquia no município de Porto Feliz, nos termos das concessões outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, observados os seguintes serviços e quantitativos:

	Serviços	Quantidade
	a. Tronco DDR R2 Plano 30 canais	1
	b. Tronco DDR R2 Plano 15 canais	1
TELEFONIA FIXA	c. Linhas Analógica Convencional	7
1222 O. VII. 1 1111	d. Serviço 0800	2
	e. Internet Dedicada 20 Mbps	1
CHAMADAS LOCAIS ORIGINADAS DAS LINHAS	a. Minuto fixo - fixo (local)	500
ANALÓGICAS	b. Minuto fixo - móvel Local (VC1)	50
	a. Minuto fixo - fixo Intra-regional	50
CHAMADAS LONGA DISTÂNCIA ORIGINADAS DAS LINHAS ANALÓGICAS	b. Minuto fixo - móvel Intra-regional (VC2)	50
	c. Minuto fixo - fixo Inter-regional	50
	d. Minuto fixo - móvel Inter-regional (VC3)	20
CHAMADAS 0800	a. Minuto fixo local	150
CHAMADAS 0000	b. Minuto móvel local	1
	a. Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora; b. Pacote de 10.000 SMS para móvel on, off net; c. Serviço de Gestão de Voz	40
SERVIÇO TELEFONIA MÓVEL	 a. Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora; b. Pacote de 10.000 SMS para móvel on, off net; c. Pacote de 2GB de internet d. Serviço de Gestão de Voz e dados via web 	10

3. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ FORNECER:

a) Linha telefônica fixa:



Fornecer linhas telefônicas analógicas nos endereços:

- 1- (15) 3262 4888 Praça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50 Centro
- 2- (15) 3262 4940 Praça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50 Centro
- 3- (15) 3262 6440 R. José Giuli Batista, nº 1420 VI. América
- 4- (15) 3261 5860 R. Luiz Geraldo Martelli, nº 500 Ponte Grande
- 5- (15) 3262 6333 R. Cardoso Pimentel, nº 970 Centro
- 6- (15) 3262 4467 R. Cardoso Pimentel, nº 970 Centro
- 7- (15) 3262 5019 R. Cardoso Pimentel, nº 970 Centro
- Ativar novas linhas telefônicas conforme necessidade do SAAE;
- Desativar linhas telefônicas que estiverem em operação conforme necessidade do SAAE;
- Possibilidade de serviços adicionais como identificador de chamadas, busca entre terminais, serviço de acesso a internet (banda larga) em ADSL, bloqueio de ligações a cobrar ou DDD, DDI e celular conforme necessidade;
- Devem ser tele alimentadas, a fim de garantir a comunicação mesmo na falta de energia elétrica;
- Central de Atendimento 24 horas por dia, 365 dias por ano através de um número 0800;

A EMPRESA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (números de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para os números relacionados nesta proposta.

b) Troncos Digitais E1-DDR

Fornecer troncos digitais E1-DDR nos endereços:

- (15)3261 9600 (30 canais) Praça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50 Centro
- (15)3261 9700 (15 canais) Cardoso Pimentel, nº 950 Bepim

Interface tipo G.703;

Sinalização de Linha tipo R2D;

Sinalização de Registro tipo MFC 5C ou 5S;

Ativar e desativar troncos conforme necessidade do SAAE e segundo o limite estabelecido na Lei Federal nº 8.666/1993:

Disponibilidade mensal (SLA - Service level agreement) de 99% ao mês;

Início de atendimento em caso de defeito em até 4 horas;

Meio de atendimento em par-metálico ou fibra-óptica;

Central de Atendimento 24 horas por dia, 365 dias por ano através de um número 0800;

A EMPRESA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (números de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para os números relacionados.

c) Acesso Dedicado a Internet em fibra óptica;

Acesso fornecido com cabo fibra óptica velocidade 20 Mbps no endereço:

Praça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50 – Centro

Acesso bidirecional (trafegar nos dois sentidos);

Acesso simétrico (mesma velocidade nominal nos dois sentidos);

Velocidade mínima de 100% da velocidade nominal;

Disponibilidade média mensal de 99,2% (SLA);

Fornecimento mínimo de 1 endereço IP (V4) por acesso;

Central de Atendimento 24 horas por dia, 365 dias por ano através de um número 0800;

d) Serviço 0800;

Fornecer o Serviço de 0800 nos endereços:

- 1- 0800 10 96 10 Praça Dr. José Sacramento e Silva, nº 50 Centro
- 2- 0800 77 02 195 R. Cardoso Pimentel, nº 970 Centro
- Possibilidade de serviços adicionais como identificador de chamadas, busca entre terminais, serviço de acesso a internet (banda larga) em ADSL, bloqueio de ligações a cobrar ou DDD, DDI e celular conforme necessidade.
- Devem ser tele alimentadas, a fim de garantir a comunicação mesmo na falta de energia elétrica.
- Central de Atendimento 24 horas por dia, 365 dias por ano através de um número 0800;



A EMPRESA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (números de telefone) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL, para os números relacionados nesta proposta.

e) SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL;

Plano Nacional de Voz pós-pago, composto de assinatura mensal e franquia para ligações locais e excedentes (ligações entre a OPERADORA/OPERADORA/ FIXO e OPERADORA / OUTRA OPERADORA MÓVEL). A operadora deverá disponibilizar para todas as linhas os seguintes serviços:

- Caixa postal Deverá funcionar como uma "secretária eletrônica";
- Identificador de chamadas serviço que permite identificar o número de quem está ligando, antes mesmo de atender à chamada;
- Serviço de Gestão: A contratante passa a ter total controle quanto ao consumo de uso do celular dos usuários, podendo administrar os custos de forma mais eficiente e eficaz, controlando as ligações, excetuando-se os serviços de dados ou SMS.
- Serviço de tarifa zero VC1: Permitir efetuar ligações entre as linhas da empresa (CNPJ 45.479.391/0001-07) com tarifa zero na área local.
- Quantidade de chips: 50 linhas
- Deverá fornecer em comodato 50 (cinquenta) aparelhos na seguinte configuração:

f) DESCRIÇÃO DE APARELHOS:

Tecnologia GSM 850/900/1800/1900 - (SIM 1 e SIM 2) HSDPA 900/2100 e 850/1900 e HSDPA

HSDPA 850/1900/2100

Velocidade do Processador: 1 GHz ou superior Tipo de Processador: Dual Core ou superor Tamanho Tela Principal: 3,5" ou superior Câmera principal: 2 MP ou superior Memória RAM (GB): 512 MB

Memória (GB): 4 GB

Sistema Operacional: Android 4.4 ou superior

Teclado: Touch-Screen

GPS: SIM Wi-Fi: SIM Dual SIM: SIM

A EMPRESA deverá manter a mesma numeração atualmente utilizada (números de telefones celulares) conforme critérios da Portabilidade regulamentada pela ANATEL.

DO TRÁFEGO TELEFÔNICO

a) Método

Conforme especificações mínimas estabelecidas pelo órgão regulador - ANATEL;

Informar os custos de mensalidade individuais das linhas telefônicas, troncos digitais, faixas DDR e servico 0800:

A tarifação das chamadas deverá ser realizada em minutos;

As tarifas utilizadas deverão ter como base aquelas constantes do Plano básico de serviços ou do Plano alternativo de serviços, regulamentado para o setor de telecomunicação e informado através do preenchimento da Proposta Comercial, com todos os impostos regulamentados e descontos concedidos a critério da Licitante;

b) Perfil de tráfego

Deverão ser considerados os volumes de chamadas indicadas neste termo como referência de estimativa dos custos;

O Perfil de Tráfego e seus custos compõem-se de uma ESTIMATIVA, em minutos e em valores, baseada nas faturas das contas telefônicas do SAAE de Porto Feliz relativa às chamadas originadas em seu âmbito, bem como outros serviços atualmente utilizados;

O Perfil de Tráfego servirá tão somente de subsídio para análise da proposta global mais vantajosa e, portanto, não implica em qualquer compromisso futuro ou restrição quantitativa de uso para a CONTRATANTE.



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

CONTRATO N.º XXX/2019

Termo de Contrato que entre si fazem o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Porto Feliz e a empresa XXXXXXX, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link dedicado para as repartições do SAAE Porto Feliz, considerando todas as características contidas nas descrições Do Objeto e do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link dedicado para as repartições do SAAE Porto Feliz, considerando todas as características contidas nas descrições Do Objeto e do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial 15/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO LOCAL, PRAZO E QUANTIDADES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **2.1** Os serviços deverão ser prestados observados os parâmetros estabelecidos em edital, em especial ao Termo de Referência Anexo I do Edital Pregão Presencial 15/2019.
- 2.3 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- a) Se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte.
- b) Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação.
- 2.4 O presente contrato sujeitar-se-á às disposições da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA TERCEIRA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1 - Fazem parte integrante deste contrato para fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos: Edital do Pregão Presencial n.º 15/2019 e processo originário da contratação, assim como a Ata da Sessão Pública do Pregão e Proposta Financeira apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÃO DAS PARTES

4.1 - DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, até 07 (sete) dias após a entrega da nota fiscal relativa à prestação dos serviços, devidamente atestada pela CONTRATANTE;
- b) Receber os serviços, procedendo a verificação de sua qualidade, quando necessário;
- c) Informar à CONTRATADA de quaisquer deficiências ocorridas na prestação dos serviços.

4.2 - DA CONTRATADA:

- a) Prestar os serviços ora licitado nos quantitativos, locais e especificações constantes do Edital do Pregão Presencial 15/2019 que originou o presente contrato.
- b) Arcar com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, de transportes e outras dos seus empregados ou prepostos;



- c) Informar a CONTRATANTE, sempre que solicitado, do andamento do fornecimento/execução dos serviços;
- d) Permitir a CONTRATANTE, ou prepostos credenciados, a fiscalização do serviço que está sendo prestado:
- e) Responder por danos causados a terceiros em virtude da má execução no fornecimento, decorrente de dolo ou culpa, quer pelo descumprimento das cláusulas estabelecidas neste Contrato;
- f) Computar no preço todos os tributos incidentes sobre o material/serviços a serem prestados, bem como, quaisquer despesas adicionais, tais como transporte, carga, descarga, empilhamento, embalagem, etc., correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA:
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Entregar os produtos com o prazo de validade em conformidade com o estabelecido em edital.
- **4.3 -** A **CONTRATADA** responderá pelas ações, omissões ou negligências que deem causa, direta ou indiretamente, a desastres, incêndios ou quaisquer prejuízos causados por ela própria à **CONTRATANTE** ou a terceiros. Responderá também pelos acidentes decorrentes do trabalho. Responsabilizar-se-á ainda, pelas multas que lhes forem impostas por infração de postura ou do Regulamento de Higiene e Segurança do Trabalho;
- **4.4 -** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, fiscais, etc.) devidos em decorrência direta ou indireta do contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim definidos na norma tributária, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA QUINTA: DA REMUNERAÇÃO

- **5.1 -** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de : R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx) para prestação de serviços de Telefonia Fixa, Telefonia Móvel e Link dedicado, sendo esses preços fixos e irreajustáveis por no mínimo 01 (um) ano, conforme proposta apresentada após a sessão pública de lances do Pregão Presencial nº 15/2019.
- **5.2 -** O valor definido nesta cláusula inclui todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, sábados, domingos e feriados, além de taxas, bonificações, encargos previdenciários, fiscais, comerciais, inclusive medição, locação e todas as despesas, quaisquer que sejam a sua natureza, necessárias para a realização deste contrato.

CLAUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

6.1 - Para todos os fins de direito, é dado a este contrato o valor correspondente ao total licitado, totalizando R\$ XXXX (XXXXX).

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.2 - Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente em nome da contratada, no banco xxxx, agência nº xxxx, conta corrente n.º xxxxxx, no prazo de até 07 (sete) dias após a entrega da nota fiscal relativa ao serviço ou fornecimento, devidamente atestada pela CONTRATANTE:

CLÁUSULA OITAVA: DA LEGISLAÇÃO

8.1 - O presente contrato sujeitar-se-á às disposições da Lei n.º 8.666/1993 e Lei n.º 10.520/2002 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA: DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

- **9.1** Os preços propostos serão reajustados na forma e data-base estabelecidos pela ANATEL, mediante a incidência do índice IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro índice que o substitua, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datasbase dos reajustes concedidos.
- 9.2. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha a determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à CONTRATANTE, a partir da mesma data-base.
- 9.3. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à CONTRATANTE, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO AUMENTO OU SUPRESSÃO



10.1 – No interesse da **CONTRATANTE**, o objeto do contrato poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

- **11.1 -** O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, ou antecipadamente, pelo término da execução da totalidade do objeto, ficando ressalvado o direito de rescisão na ocorrência de descumprimento de qualquer de suas cláusulas pela CONTRATADA, bem como, a interrupção do objeto licitado pela CONTRATANTE, conforme prevê o Edital do Pregão Presencial 15/2019 que originou este termo de contrato.
- **11.2** O prazo de que trata o subitem 11.1 poderá ser prorrogado a critério da Administração, se houver interesse público e conveniência econômico-financeira e para cumprimento dos prazos ou objeto contratuais, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1** Aplicar-se-á o disposto no item XIII do Edital, com base no Art. 87 da Lei 8.666/93, assim como no Art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração, garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as sanções legais conforme item XIII do Edital, a saber:
 - a) advertência:
 - b) multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a Administração Pública, nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **12.2** A multa prevista na alínea "b" será de 10% sobre o valor licitado, no caso da não entrega total do objeto licitado. Observar-se-á: quanto ao não adimplemento do restante da obrigação, incidirá multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada de forma proporcional à parte não entregue.
- **12.3** O não cumprimento dos prazos de atendimento sujeitará o fornecedor à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor dos serviços em atraso, até os limites de 10% (dez por cento) do valor da parcela que se refere e 5% (cinco por cento) do valor global remanescente dos serviços.
- **12.4 -** Excedido qualquer um dos limites acima, o serviço será cancelado e o fornecedor excluído do Cadastro de Fornecedores do SAAE de Porto Feliz, sem prejuízo de eventuais sanções legais e sem renúncia, por parte da mesma, das providências judiciais cabíveis.
- **12.5** A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- **12.6** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.
- 12.7 Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.
- **12.8** O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.
- **12.9 -** A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à **CONTRATANTE** em 48 (quarenta e oito) horas a partir da autuação;
- **12.10** O atraso de pagamento sujeitará a contratante à multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, percentual aplicado ao valor da fatura a que se refere até os limites de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do corrente Exercício:



Unidade 02 – Diretoria de Administração e Finanças, Funcional 17.123.0002.2.002 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças - 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, suplementadas se necessário.

Unidade 02 – Diretoria de Administração e Finanças, Funcional 17.123.0002.2.002 – Manutenção da Diretoria de Administração e Finanças - 3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, suplementadas se necessário.

Fonte de recurso: Tesouro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **14.1** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o disposto no Edital de licitação, autoriza desde já a CONTRATANTE a rescindir este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- **14.2** No caso de rescisão administrativa unilateral, a CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE de aplicar as sanções previstas no Edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação, sobretudo o artigo 77 da lei 8666/93.
- 14.3 A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da CONTRATADA pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- **14.4** A aplicação das penalidades não impede a CONTRATANTE de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela CONTRATADA.
- **14.5** No caso de rescisão contratual, a CONTRATADA reconhece integralmente os direitos do SAAE previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de indenização por perdas e danos que a rescisão possa acarretar. Os casos de rescisão, se eventualmente ocorrerem, serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

15.1 - As alterações que a juízo da **CONTRATANTE**, venham se tornar necessárias para melhor execução dos serviços contratados em nada alterarão as obrigações da **CONTRATADA** estabelecidas neste contrato. Qualquer alteração, quando necessária, somente será executada com anuência expressa da **CONTRATANTE**, e mediante elaboração de Termo Aditivo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1 – O presente contrato é regido pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e alterações posteriores, cujos preceitos serão utilizados para dirimir quaisquer omissões e ou dúvidas advindas do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As despesas relativas aos deslocamentos de técnicos e veículos, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão por conta da CONTRATADA e sob a sua exclusiva responsabilidade, devendo para isso computá-las na sua proposta, não sendo aceitas alegações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Feliz, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas assinam o presente termo em quatro vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para sua validade e eficácia.

	Porto Feliz, SP, xx de xxxx de 2019.
XXXXXXX Contratada	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz <i>Contratante</i>



ANEXO III - PROPOSTA FINANCEIRA PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

PREGA	O PRESENCIAL n.º 15/201	9 - PROCESSO n.	.º 373/2019	
	DADOS DO LIC	ITANTE		
Razão Social:				
Endereço:				
CNPJ:				
Inscrição Estadual:				
E-mail:				
Telefone:	Fax:			
Obs.:				
Banco:	Agência:	Conta Corrente	e:	
	nples apresentação desta P stem fatos que impeçam a pa	rticipação do licitar	nte neste certa	ame.
	Serviços	Quantidade	Valor mensal	Valor 12 meses
	Tronco DDR R2 Plano 30 can	ais 1		
	Tronco DDR R2 Plano 15 can	ais 1		
THE PROPERTY AND A	T. 1 A 1/ . C .	-1 7		

Serviços		Quantidade	Valor mensal	Valor 12 meses
	Tronco DDR R2 Plano 30 canais	1		
	Tronco DDR R2 Plano 15 canais	1		
TELEFONIA FIXA	Linhas Analógica Convencional	7		
	Serviço 0800	2		
	Internet Dedicada 20 Mbps	1		
CHAMADAS LOCAIS	Minuto fixo - fixo (local)	500		
ORIGINADAS DAS LINHAS ANALÓGICAS	Minuto fixo - móvel Local (VC1)	50		
	Minuto fixo - fixo Intra-regional	50		
CHAMADAS LONGA DISTÂNCIA ORIGINADAS DAS LINHAS	Minuto fixo - móvel Intra-regional (VC2)	50		
	Minuto fixo - fixo Inter-regional	50		
ANALÓGICAS	Minuto fixo - móvel Inter-regional (VC3)	20		
	Minuto fixo local	150		
CHAMADAS 0800	Minuto móvel local	1		
Valor Total da Proposta (R\$):				1
Valor Total da Proposta: (por extenso)				

Validade da proposta: dias (mínimo de 60 dias).

DECLARO que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

DECLARO que as condições de execução dos serviços contemplam as condições constantes no Edital e seu Termo de Referência.

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência.





Estou ciente das condições de pagamento estabelecidas em Edital, ou seja, 07 dias contados do recebimento da nota fiscal.

(Local e data), em de	de 2019.
Assinatura do representante:	
Nome do representante:	
RG do representante:	



ANEXO IV – DECLARAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019 (modelo orientativo)

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das	sanções e multas previstas neste ato convocatório,
que a empresa	(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº
é microempresa c	ou empresa de pequeno porte, nos termos do
enquadramento previsto na Lei Complementar nº	123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos
declaro conhecer na íntegra, estando apta, portan	to, a exercer o direito de preferência como critério
de desempate no procedimento licitatório do Preg-	ão Presencial n.º 15/2019 , realizado pelo Serviço
Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz.	
	Data - (Local), (dia) de (mês) de 2019.

(Assinatura) (Nome do Representante Legal) (RG do Representante legal)



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019 (modelo orientativo)

Declaro, para os devidos fins, que cumprimos plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO, conforme item VII do edital do **Pregão Presencial n.º 15/2019**, em atendimento ao artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520/2002.

Empresa:		
CNPJ:		
Representante:		
CPF:		
RG:		
		Data - (Local), (dia) de (mês) de 2019.
	(Assinatura)	



ANEXO VI – DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019 (modelo orientativo)

	(nome	complete	o), r	represer	ntante	legal	da	empresa
	(razão	social	pess	soa ju	rídica),	inscrita	a sob	CNPJ
, interessado em pa	rticipar do	Pregão F	Presen	ncial n.º	15/2019	9, realiza	do pel	o Serviço
Autônomo de Água e Esgoto de Por	to Feliz, d	leclara, sc	b as p	oenas d	a lei, qu	e esta er	mpresa	a não tem
qualquer impedimento legal para licit	tar ou cont	tratar com	a Adr	ministra	ção.			
					-			
				Data -	(Local)	, (dia) de	(mês)	de 2019.
					,	` ,	, ,	
	()	A a a i p a tu i r a	. \					
	(/	Assinatura	1)					



ANEXO VII – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

(Nome/Razão social)	, inscrita ne	o CNPJ sob o nº	, por
intermédio de seu rep	oresentante legal o (a) Sr; (a)	, portador (a) da C	arteira de
identidade nº	e do CPF nº	, DECLARA, sob as penas d	a Lei:
a) nos termos do incis	so V do artigo 27 da Lei Federal nº 8	3.666, de 21 de junho de 1993 e <i>a</i>	alterações,
que a empresa se en	contra em situação regular perante o	o Ministério do Trabalho, no que s	se refere à
observância do dispos	sto no inciso XXXIII do artigo 7º da C	onstituição Federal/88;	
, .	tende as normas relativas à saúd rágrafo único do artigo 117 da Const		ra os fins
Complementar nº 123	r dos impedimentos previstos nos §§ , de 14 de dezembro de 2006, altera termos declara conhecer na íntegra	da pela Lei Complementar nº 147	
	(Local e data), em de	de 2019	
	Assinatura do represent	ante legal	



ANEXO VIII – ATOS JURÍDICOS ANÁLÓGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ.

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): XXXXXXXXXXXXXX

OBJETO: SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL E LINK DEDICADO, PELO

PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

ADVOGADO (S)/ N.º OAB: (*) Dra. Manuella de Campos Anton OAB/SP 343.378

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Porto Feliz/SP, XX de XXXXXXXXX de 2.019

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Gustavo Interlick Mancio de Camargo

Cargo: Superintendente

CPF: 368.909.168-32 RG: 40.664.726-4

Data de Nascimento: 07/06/1988

Endereço residencial completo: Cândido Motta, 145, Centro, Porto Feliz/SP, CEP 18.540-000

E-mail institucional: superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br

E-mail pessoal: gustavo.interlick@gmail.com
Telefone(s): (15) 3261 9601 – (15) 997974947



Assinatura:
Responsáveis que assinaram o ajuste:
Pelo CONTRATANTE: Name: Gustava Interliek Manaia da Camarga
Nome: Gustavo Interlick Mancio de Camargo
Cargo: Superintendente CPF: 368.909.168-32 RG: 40.664.726-4
Data de Nascimento: 07/06/1988
Endereço residencial completo: Cândido Motta, 145, Centro, Porto Feliz/SP, CEP 18.540-000
E-mail institucional: superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br
E-mail pessoal: gustavo.interlick@gmail.com
Telefone(s): (15) 3261 9601 – (15) 997974947
Assinatura:
Pela CONTRATADA:
Nome: XXXXXXXXXXXXXX
Cargo: XXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Data de Nascimento: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço residencial completo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
E-mail institucional: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
E-mail pessoal: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Assinatura:
Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

OBS: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.



ANEXO IX – ATOS JURÍDICOS ANÁLÓGOS DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 – PROCESSO n.º 373/2019

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

Declaração de documentos à disposição do Tribunal - Resolução 07/14 - Art. 3º, Inciso XVI

CONTRATANTE: SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ

CNPJ N°: 45.479.391/0001-07

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ N°: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

OBJETO: SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL E LINK DEDICADO, PELO

PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

VALOR (R\$): XXXXXXX

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Porto Feliz, xx de xxxxxx de 2019.

RESPONSÁVEL:

Gustavo Interlick Mancio de Camargo Superintendente superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br

OBS: Este documento deverá ser assinado quando da assinatura do contrato.



ANEXO X – CADASTRO DOS RESPONSÁVEIS PREGÃO PRESENCIAL n.º 15/2019 - PROCESSO n.º 373/2019

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de CONTRATADA: CONTRATO N.º (DE ORIGEM): OBJETO: SERVIÇOS DE TELEFONIA DE 12 (DOZE) MESES.	e Água e Esgoto de Porto Feliz A FIXA, MÓVEL E LINK DEDICADO, PELO PERÍODO
Nome	
Cargo	
RG nº	
CPF nº	
Endereço (*)	
Telefone	
E-mail Institucional	
E-mail pessoal (*)	
poderá ser encontrado(a), caso não es	Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde teja mais exercendo o mandato ou cargo. requisições de documentos do TCESP
Nome	
Cargo	
Endereço Comercial do Órgão/Setor	
Telefone e Fax	
E-mail Institucional	
Porto Feliz,	XX de xxxxxxxx de 2019

Gustavo Interlick Mancio de Camargo Superintendente superintendencia@saaeportofeliz.sp.gov.br